



# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

---

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)





# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

---

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-695-9

DOI 10.22533/at.ed.959210601

1. Epistemologia. 2. Metodologia. 3. Pesquisa. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 120

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A Coleção *Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas* se baseia na premissa da conjunção de saberes para a promoção de novas discussões no meio científico, a partir da convergência entre esses diferentes saberes. Movimento esse que surge como oposição à ideia de hiper-especialização.

Nesse caminho podemos estabelecer ao menos quatro formas nas quais acontecem essas interações: multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

A diferenciação entre elas se define de acordo com critérios que vão desde o intercâmbio de teorias e metodologias até a construção de uma nova forma de ver um determinado objeto.

Desse modo, é possível definir da seguinte maneira:

- Multidisciplinaridade – Sistema de um nível, não integrado, de várias disciplinas que atuam cada qual em proveito próprio, na qual não ocorre interação direta entre as mesmas.

- Pluridisciplinaridade – Sistema de um nível, não integrado, de várias disciplinas que ajudam complementarmente, mas sem alterar teórico ou metodologicamente uma a outra.

- Interdisciplinaridade – Sistema de dois níveis, no qual duas ou mais disciplinas interagem fortalecendo aquela considerada como estando em um nível superior, ou então colaborando para a construção de um novo saber.

- Transdisciplinaridade – A construção de um sistema total onde duas ou variadas disciplinas contribuem para uma determinada pesquisa sem que um saber seja necessariamente validado pelo outro.

Diante dessa perspectiva inter e transdisciplinar esse volume conta com 21 capítulos abordando diversos assuntos como: as configurações de gênero, as configurações raciais, os processos de formação docente, de identidade, relações entre comunicação e antropologia, questões de desenvolvimento urbano, preservação de patrimônio cultural e aspectos da aprendizagem pela tecnologia.

Espero que algumas dessas convergências se mostrem como possibilidades discursivas para novos trabalhos e novos olhares sobre os objetos humanos.

Uma boa leitura!

**Ezequiel Martins Ferreira**

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A POTÊNCIA PEDAGÓGICA DA ÓPERA-ROCK “PAJUBÁ” DE LINN DA QUEBRADA

Paulo Henrique de Oliveira Barroso

DOI 10.22533/at.ed.9592106011

### **CAPÍTULO 2..... 19**

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO GÊNERO BIOGRÁFICO E DA PESQUISA DOCUMENTAL COMO FORMAS DE PESQUISA DO GÊNERO FEMININO

Karina Regalio Campagnoli

DOI 10.22533/at.ed.9592106012

### **CAPÍTULO 3..... 30**

MARIA PAES DE BARROS: MEMÓRIAS DE OMISSÃO EM TEMPOS DE LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

Eveline Viterbo Gomes

DOI 10.22533/at.ed.9592106013

### **CAPÍTULO 4..... 40**

FEMINIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR VOLTADO PARA A LITERATURA

Danielly Jardim Milano

Kátia dos Santos Pereira

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

Raquel Peres Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.9592106014

### **CAPÍTULO 5..... 50**

FEMINILIDADES NEGRAS: UM ESTUDO DE RELAÇÕES ESPACIAIS PARADOXAIS

Louise da Silveira

Benhur Pinós a Costa

DOI 10.22533/at.ed.9592106015

### **CAPÍTULO 6..... 70**

MITOS PÓS-MODERNOS NOS DISCURSOS SOBRE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL: O CASO DO JONGO CIGANO

Rafael Romano

DOI 10.22533/at.ed.9592106016

### **CAPÍTULO 7..... 83**

CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO: AUTOACEITAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE UMA ESTAGIÁRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Thays Souza da Costa

DOI 10.22533/at.ed.9592106017

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>93</b>  |
| ESCRITA DE SI E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIA COM ATELIÊ BIOGRÁFICO DE PROJETO                    |            |
| Maria Márcia Melo de Castro Martins   |            |
| Maria Leani Dantas Freitas  |            |
| Nívea da Silva Pereira  |            |
| Francione Charapa Alves   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9592106018</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>103</b> |
| UM APANHADO SOBRE A PRESENÇA DA INTERDISCIPLINARIDADE EM DOCUMENTOS OFICIAIS A PARTIR DA LDBEB 9394/96 até 2016 |            |
| Neslei Noguez Nogueira  |            |
| Denise Nascimento Silveira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9592106019</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>113</b> |
| APONTAMENTOS SOBRE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS À DOCÊNCIA  |            |
| Antonia Zulmira da Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060110</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>125</b> |
| ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE INTELIGÊNCIA EM ESCOLARES DE MATO GROSSO  |            |
| Ana Julia Candida Ferreira  |            |
| Cleiton Marino Santana  |            |
| Widson Marçal Ferreira  |            |
| Adriano Mendonça de Oliveira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060111</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>133</b> |
| A PRIMEIRA YESHIVÁ DO BRASIL – UM OLHAR SOBRE AS MEMÓRIAS E SABERES DOS MESTRES DE UMA HISTÓRIA                 |            |
| Vanessa dos Santos Novais   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060112</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>144</b> |
| ZAQUEU (Lc. 19, 1-10) UM EXEMPLO A SER SEGUIDO PELOS CORRUPOTOS ARREPENDIDOS                                    |            |
| José Carlos Dalmas  |            |
| Vicente Artuso  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060113</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>155</b> |
| O QUE LATOUR TERIA A CONTRIBUIR PARA OS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO?   |            |
| Tarcísio de Sá Cardoso  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060114</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 15.....</b>  | <b>173</b> |
| APROXIMAÇÕES ENTRE PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS E DOS ESTUDOS CULTURAIS NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO   |            |
| Roberta Brandalise   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060115</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16.....</b>  | <b>186</b> |
| O DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO OBJETO DE ANÁLISE NO CONTEXTO DE PUBLICAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA SAÚDE  |            |
| Náthaly Zanoni Luza  |            |
| Eliane Cadoná  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060116</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 17.....</b>  | <b>196</b> |
| OS OBJETIVOS ESSENCIAIS DA SAÚDE PÚBLICA E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DE MEDICAMENTOS  |            |
| Maria Paula da Rosa Ferreira   |            |
| Isabel Christine Silva de Gregori  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060117</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18.....</b>  | <b>209</b> |
| NÍGER: LOS DESAFÍOS DEL PAÍS CON EL MÁS BAJO IDH DEL MUNDO   |            |
| Rafael Aguirre Unceta  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060118</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19.....</b>  | <b>225</b> |
| AGENDA PARA EL DESARROLLO MUNICIPAL: UN INSTRUMENTO DE EVALUACIÓN PARA LOS GOBIERNOS MUNICIPALES EN MÉXICO   |            |
| María Del Rosario Hernández Fonseca  |            |
| Hugo Isaías Molina Montalvo  |            |
| Rosa María Rodríguez Limón   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060119</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20.....</b>  | <b>231</b> |
| INSTRUMENTOS LEGAIS DE PRESERVAÇÃO E EXPANSÃO IMOBILIÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO URBANO NO LITORAL NORTE DE MACEIÓ, ALAGOAS, BRASIL      |            |
| Adriana Guimarães Duarte   |            |
| Josemary Omena Passos Ferrare  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060120</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21.....</b>  | <b>247</b> |
| VALIDAÇÃO AMOSTRAL DE UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA ANALISAR OS NÍVEIS DE HABILIDADES RELACIONADOS À APRENDIZAGEM DE CONCEITOS ABSTRATOS DE LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO |            |
| Fernanda Regebe  |            |
| Amanda Amantes   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.95921060121</b>  |            |

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b> | <b>257</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>    | <b>258</b> |

## INSTRUMENTOS LEGAIS DE PRESERVAÇÃO E EXPANSÃO IMOBILIÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO URBANO NO LITORAL NORTE DE MACEIÓ, ALAGOAS, BRASIL

*Data de aceite: 04/01/2021*

*Data de submissão: 26/11/2020*

### **Adriana Guimarães Duarte**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL),  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)  
Maceió, AL  
<http://lattes.cnpq.br/3859082887384946>

### **Josemary Omena Passos Ferrare**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL),  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)  
Maceió, AL  
<http://lattes.cnpq.br/7876071210277876>

**RESUMO:** Este estudo pretende discutir sobre os efeitos da expansão imobiliária no Litoral Norte de Maceió, Alagoas, compreendido pelos bairros de Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca, conforme definido pelo Plano Diretor de Maceió. Visando atender a demanda do público de residentes e turistas que procuram os benefícios da moradia e do lazer a beira-mar, em 2007, o novo Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, permitiu a construção de edificações verticais de até 20 andares na localidade, contrariando princípios básicos sobre proteção urbanístico-ambiental. Detentora de memórias que remontam à ocupação do território alagoano, essas localidades expõem fragmentos da história revelando conhecimentos e práticas culturais que se articulam e inter-relacionam-se com os espaços e contextos sociais onde ocorrem.

Sendo assim, pretende-se colaborar com a práxis da política de preservação atualmente em vigor, considerando a revisão de novos conceitos e instrumentos legais, com vistas a permitir uma adequada compreensão do valor patrimonial dos ambientes constituídos de natureza e de vigorosos processos culturais, consolidados na materialidade da parte norte litorânea de Maceió. **PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural, Litoral norte de Maceió, Política de preservação.

### LEGAL TOOLS OF PRESERVATION AND ESTATE EXPANSION: THE CONTRIBUTION OF CULTURAL HERITAGE IN THE URBAN CONTEXT ON THE NORTH COAST OF MACEIÓ CITY, ALAGOAS STATE, BRAZIL

**ABSTRACT:** This study aims to discuss about the impacts of real estate expansion on the north coast of Maceió City, Alagoas State, Brazil, comprising the neighborhoods of Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria, and Ipioca as defined by the Master Plan of Maceió Municipality (2005). Aiming to meet the public demand of residents and tourists, looking for the benefits of living arrangements and entertainment by the sea, in 2007, the new Code of Urbanism and Buildings of Maceió allowed the construction of vertical buildings up to twenty floors in the area, contradicting the basic principles on urban-environmental protection. These areas with memories that go back to the first occupations in Alagoas territory have history fragments of cultural and practices knowledge that are interrelated and in conjunction with the space and social contexts in the surroundings.

Thus, this study intends to collaborate with the praxis of preservation policy currently in force, considering the review of new concepts and legal tools that allow understanding properly the patrimonial value of the natural environments and vigorous cultural processes consolidated in the materiality of the northern seaboard of Maceió.

**KEYWORDS:** Cultural heritage, North coast of Maceió, Policy preservation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Caracterizado pela grande ocorrência de afloramentos de arenitos e barreira do contínuo cordão de arrecifes, a paisagem da área em estudo é marcada por uma particular coloração da água do mar; e além dos valores ecológicos e ambientais é também plena de história, tradição e cultura, contextualizando o que se pode chamar de patrimônio material e imaterial.

Tantos atributos chamaram a atenção do mercado imobiliário, ávido em explorar novos territórios para atender a demanda do público de residentes e turistas que procuram os benefícios da moradia e do lazer a beira-mar. Visando permitir tal crescimento, em 2007, o novo Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, permitiu a construção de edificações verticais de até 20 andares na localidade, contrariando princípios básicos sobre proteção urbanístico-ambiental.

Via de entrada de influências e trocas culturais deste os primórdios da colonização, o Litoral Norte de Maceió atua como cenário de expressões de religiosidade e de inúmeras práticas culturais que envolvem o cotidiano da população; as quais ocorrem em consonância com espacialidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. Dessa forma, é razoável deduzir que os ditos valores patrimoniais serão afetados, considerando a relação que se estabelece entre os sistemas simbólicos tradicionais e o singelo suporte físico que os referencia.



Figura 1 - Localização de Maceió no Nordeste e do Litoral Norte em Maceió.

Fonte: Grupo de Pesquisa Sobreurbano, Cesmac.

É nesse sentido, de reflexão sobre a necessária articulação entre os instrumentos de proteção ao patrimônio, que se questiona a eficiência dos atributos legais frente à expansão imobiliária em áreas em que as referências culturais simbólicas superam os valores materiais. Nesses casos, é possível garantir a preservação do patrimônio cultural a partir das legislações vigentes? Como evitar a segregação socioespacial e a gentrificação da população autóctone?

Espera-se, portanto, que as reflexões resultantes desse trabalho auxiliem na compreensão das políticas de preservação quanto a complexa relação entre a sustentabilidade das condições ambientais e sociais de produção, reprodução e transmissão dos bens imateriais, a partir da proteção da materialidade que se consolida na paisagem urbana e que se relaciona com o cotidiano da população. Procurou-se ainda identificar as condições, problemas e desafios para sua continuidade considerando a nova apropriação da área litorânea que vem marcando a paisagem com edificações verticalizadas, em substituição às casas de pescadores e às pequenas vilas de moradores. Assume-se assim o desafio de contribuir com a *práxis* da política de preservação, entendendo que todo produto humano pode ser digno de preservação, diminuindo a distância entre o patrimônio como monumento e as pessoas como suas criadoras, guardiãs e usuárias.

## 2 | OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE

Embora Craveiro Costa, em sua obra “Maceió”, indique claramente, “[...] que, muito antes da invasão holandesa, em 1609, havia em Pajussara uma habitação definitiva e que Manuel Antônio Duro era seu proprietário [...]” (COSTA, 1939, p. 3). Vestígios históricos revelam que a região do Litoral Norte também é detentora de memórias que remontam à ocupação do território. Em carta de 1640 produzida por João Teixeira Albernaz, um dos primeiros documentos conhecidos sobre o tema, já se encontra demarcado o Riacho Doce (Rio Doce).

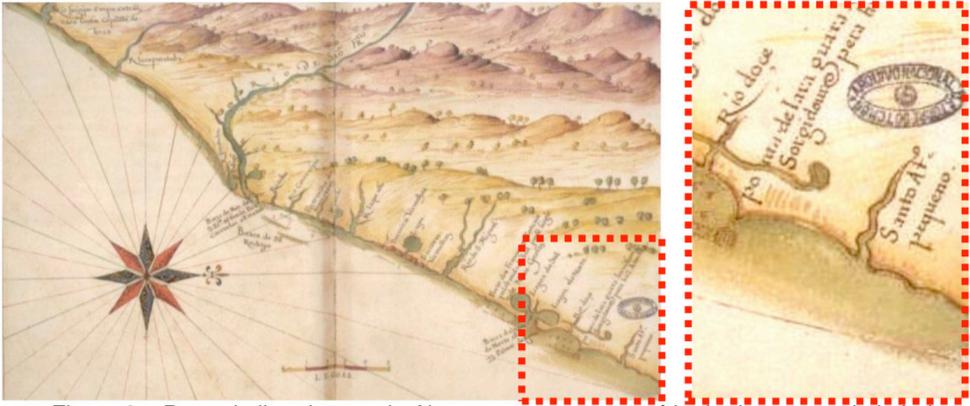


Figura 2 – Parte do litoral norte de Alagoas em mapa extraído do documento intitulado Descrição de Todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brazil, feito por João Teixeira, cósomografo de Sua Magestade. Fac-Simile, ANTT, 2000. p. 61.

Fonte: FERRARE, 2014, p.213<sup>a</sup>. Original: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa.

Outras nucleações também foram registradas em referências cartográficas portuguesas e holandesas a partir do século XVII, com topônimos dos rios semelhantes às atuais, a exemplo de Ipioca (Pioca), Porto de Pedras (Rio do Porto das Pedras) e Pratagy (Rio Paratangi).

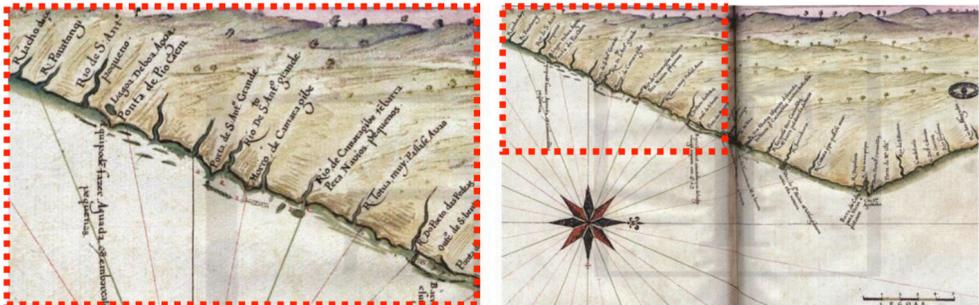


Figura 3 – Rio do Porto das Pedras, Rio Paratangi e Rio Santo Antônio Grande em mapa extraído do documento intitulado Descrição de Todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brazil, feito por João Teixeira, cósomografo de Sua Magestade. Fac-Simile, ANTT, 2000. p. 61.

Fonte: FERRARE, 2014, p.213<sup>a</sup>. Original: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa.

Em 1706, quando a comarca das Alagoas é criada, segundo informação de Melo e Póvoas, o território contava com “[...] mais de 41 léguas de comprimento por 39 de largura, servida por péssimos caminhos, com uma população de cêrca de cem mil habitantes,

distantes umas das outras pelo menos sete léguas [...]” (COSTA, 1939, p. 83). Segundo Costa, encontrava-se entre duas ocupações: na direção da vila de Santa Maria Madalena, atual Marechal Deodoro, e no sentido Pajuçara. Com o comércio em ascensão por conta do ancoradouro, o romper do século XIX assiste ao desenvolvimento econômico e demográfico do povoado (Maceió). Com a supremacia do seu porto em relação ao dos Franceses, logo alcança o estatuto de vila através de alvará assinado em 5 de dezembro de 1815 pelo príncipe regente D. João, “cujo território, segundo o foral, decorreria ‘até o rio Santo Antônio Grande e Mundaú, que ficava desmembrado da vila das Alagoas” (COSTA, 1939, p.23).

A emancipação de Maceió foi motivo de grande alegria entre a população, pois, embora eclesiasticamente ainda permanecesse dependente da freguesia de Santa Luzia do Norte, contaria com sua própria administração, independente da vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul. No entanto, a prosperidade da vila fez expandir os engenhos e plantações avançando pela entrada do Poço até Pioca, em pequenas povoações (COSTA, 1939). Segundo Craveiro Costa (1939, p.100) “além de Jacarecica, ficava a freguesia de Pioca”, deixando uma lacuna entre os dois marcos habitados, que poderia ser ocupada por núcleos como Riacho Doce e Garça Torta.

Ainda de acordo com Costa (1939, p. 187), “o povoamento de Pioca deve ter precedido ao de Maceió”. Ainda que compreendida como freguesia de Maceió desde 1819, Pioca, enquanto circunscrição eclesiástica era “a maior, a mais antiga e populosa. De fundação imemorial, estendia-se por uma extensão de 7 léguas de leste-oeste e 5 de norte a sul, contando 56 engenhos de açúcar e uma população de 13.994 almas, das quais 3.326 escravos” (COSTA, 1939, p. 186-187). Contudo, em 1847, Maceió contava com 6.133 habitantes, enquanto Pioca somava 9.931.

Embora vindoura, com a extinção da escravidão, Pioca “decaiu tanto do seu fastígio e da sua prosperidade, que chegou a perder a autonomia eclesiástica” (COSTA, 1939, p. 187). Não obstante, a população em Maceió, aspirava a emancipação perdida por Pioca, antes mesmo da sua elevação a vila. Insatisfeita com o cônego de Santa Luzia do Norte, Antônio Alves de Miranda Varejão, a população levantava acusações e constantes eram as queixas ao bispo e por duas vezes foi requerer ao rei a criação da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres. Em 21 de fevereiro de 1822 foi finalmente confirmada a freguesia de Maceió, com os limites traçados no alvará de 5 de julho de 1819, o qual incorpora, inclusive, a antiga Santa Luzia do Norte (COSTA, 1939), já sinalizada, segundo Ferrare (2014), em mapas do século XVII. Fica assim definido, como limites da nova freguesia:

[...] linha que corre pela costa desde o pontal da barra das Alagoas até o Rio Jacarassica que serve de termo a freguezia da Pioca, com as Ilhas que intermedeão da boca da Caixa para o Norte e todo o terreno desde Jaraguá até o Riacho Fernão Velho, e daqui correndo ao Norte até as nascentes do Rio Jacarassica **inclusivamente com os moradores, que ahi existem no lugar** chamado Messias, ficando assim dividido o antigo total do terreno em duas porçoens, real ou aproximadamente iguaes” (COSTA, 1939, p. 97, grifo nosso).

O documento assinado pelo Frei Antônio de São José Bastos, o qual efetivou a criação da freguesia, trás a inclusão dos moradores, como um anúncio à necessária continuidade histórica. Presume-se que muitas das manifestações hoje encontradas na área em estudo, permanecem ativas em virtude da transmissão geracional de saberes e habilidades, a exemplo do tirador de coco que habilmente sobe os troncos dos coqueirais ajudados, ou não, pelo uso de instrumentos como a peia, ou ainda da produção tradicional de doces de caju na Ipioca, registrado como patrimônio imaterial alagoano em 2013, cuja atividade remonta aos tempos dos engenhos, quando era farta a produção do açúcar bruto e espontânea a plantação de cajueiros. Segundo a Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas (SECULT/AL) no “Dossiê de instrução de Registro do Doce de Caju de Ipioca”, a consolidação do saber-fazer os doces de Caju Cristalizado, Ameixa de Caju, Caju em Calda e Castanha Confeitada, deve-se a união entre a abundância de caju, açúcar e mão-de-obra escrava. Embora a escassez dos três elementos citados, o feito permanece até os dias atuais. Por conseguinte, essas e outras manifestações quando reiteradas, transformadas e atualizadas pela comunidade, tornam-se referências culturais e assim, mantidas e transmitidas, sobrevivem ao tempo.

### 3 | DA AMPLITUDE DO OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

A partir dos instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações internacionais delineados nas últimas décadas, os Estados passaram a elaborar suas políticas públicas para proteção do patrimônio cultural, delimitando o que seria objeto de sua proteção. Ainda que não houvesse critérios universais que estabelecessem os pontos que deveriam ser observados quanto à classificação do bem como cultural, todos os conceitos consideravam a importância ou representatividade do bem em relação ao seu povo, à sua cultura e à sua história, ou seja, à identidade.

Nesse primeiro momento, a formulação do pensamento preservacionista estava diretamente associado ao patrimônio material ou tangível, limitando-se aos bens móveis e imóveis, pois o reconhecimento enquanto patrimônio, além do significado cultural também aditava um significado jurídico. Preservar era o mesmo que “tombar”. Essa concepção advém da própria “gênese político-ideológica da atitude preservacionista”, como registra Ferrare (1996, p. 33) ao analisar a evolução das ações de conservação na França no final do século XVIII, somando um terceiro elemento à relação simbiótica: preservar se identificando também com a ideia de constituição de Nação.

Contudo, apresenta-se bastante evidente que nos últimos anos, a inserção do chamado patrimônio imaterial ou intangível redirecionou as discussões no âmbito do patrimônio cultural e da amplitude do seu conceito. Segundo Castriota (2011), isto se dá porque a questão que se centrava no **como** conservar – restringindo a preservação à conservação da matéria em si, como o comportamento dos materiais e sistemas estruturais,

as causas e mecanismos de deterioração, a eficácia a longo prazo dos tratamentos – teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do **que conservar** e do **porquê conservar**. Nesse sentido, importa também a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados aos bens materiais, sua “rede intangível de significados” e não apenas a sua materialidade.

A recente constatação de que o substrato imaterial subjacente deve “ancorar” o patrimônio material para que este não se torne uma “categoria social vazia” se “extirpado de seus valores culturais imateriais”, representa uma verdadeira revolução do pensamento sobre o patrimônio cultural, iluminando as matrizes de valoração presentes nos instrumentos de preservação (CASTRIOTA, 2011, p. 58).

No campo preservacionista a incorporação de novos condicionantes no tratamento institucional com relação à necessidade de se adequar as novas questões que atendessem à “perspectiva relativizadora” posta pelos antropólogos foi penetrando paulatinamente (CASTRIOTA, 2009). Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil encontrava-se em conflito entre a preservação da “pedra e cal” do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a identificação das “referências culturais” provenientes do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, criado em 1975, por iniciativa de Aloísio Magalhães.

A nova proposta conduzida por Aloísio Magalhães buscava uma “identificação social mais abrangente com o patrimônio”, evidenciando o cunho antropológico e a liberdade do olhar sobre a diversidade cultural. De acordo com Anastassakis (2007, p. 3), “Para a equipe do Centro, ‘referenciar’ significava considerar o produto focalizado enquanto processo – em sua dinâmica de produção e de inter-relação com os contextos local e nacional”. **Não importava o objeto, mas a referência a ele.**

Para entender as referências às quais o CNRC se propunha a apreender, é importante alertar para a ideia de “bem cultural” que então se reformulava. Segundo a visão de Aloísio Magalhães o crescimento e desenvolvimento da nação, não poderia ser medido apenas pelo Produto Nacional Bruto – PNB, mas pelos elementos qualitativos revelados através dos valores estáveis, ou seja, os bens culturais (ALENCAR, 2010).

De acordo com Fonseca (2005, p. 11): “Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetam à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos”.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de ‘raiz’ de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

A fundamentação para este discurso já havia sido alçada por Mário de Andrade quando da elaboração do *Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional* (SPHAN), em 1936, pois não limitava a ideia de patrimônio apenas ao conjunto de bens materiais de uma comunidade ou população, mas a tudo aquilo que contribui para a formação de uma cultura nacional. Ao valor monumental dos bens representativos da história, arte e arquitetura, geralmente reconhecidos pela elite, deveriam agregar-se as manifestações culturais portadoras de referência dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral (DUARTE, 2014). A partir desse entendimento, constituem bens de valor patrimonial os conhecimentos e práticas sociais, por se revelarem como elementos fundamentais na construção da identidade. Assim, constitui-se patrimônio cultural o que “importa” e “significa” aos sujeitos que a produzem e mantém, devendo estes, portanto, participarem da gestão e conservação, a fim de identificar junto às comunidades, as ações de preservação necessárias à valorização e continuidade do bem com vistas à produção, reprodução e transmissão do conhecimento (SANT’ANNA, 2006).

Contudo, a amplitude do conceito de patrimônio cultural e a necessidade de uma nova visão de conservação e gestão do patrimônio vêm apontando para a atuação dissociada entre os instrumentos legais de preservação – Tombamento e Registro. Enquanto as políticas de preservação aos bens materiais concentram-se em estimular ações que visam garantir a integridade de um bem tombado, desligados de uma atuação social mais ampla, em se tratando de bens de natureza imaterial as diretrizes e recomendações apontam para as atividades de identificação, registro e salvaguarda.

Partindo desse pressuposto, ao evidenciar a historicidade do Litoral Norte, ressalta-se que os valores atribuídos ao patrimônio cultural na localidade fundamentam-se na relação entre os grupos sociais e na sua inter-relação com o território, processos e práticas associadas as “formas de criar, fazer e viver” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, art. 216). Nesse sentido, é importante destacar que a região está passando por um processo de expansão urbana com obras de infraestrutura que vêm atraindo novas e altas construções que irrompem na paisagem litorânea, as quais estão envoltas em divergências legais, inclusive, além de desconsiderarem suportes materiais frágeis associados às atividades culturais desenvolvidas na região.

Do ponto de vista ambiental, os novos empreendimentos contradizem legislações como a Constituição Federal de 1988 no que se refere ao direito ao meio ambiente equilibrado e a sua manutenção para as gerações de hoje e do futuro, bem como a Constituição do Estado de Alagoas, foi um dos primeiros a introduzir a defesa ambiental em nível constitucional, em 1980. Quanto ao novo Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, também há “[...] conflitos de interesses, relacionados às áreas de marinha, acesso à praia, proteção da Costa Atlântica, envolvendo o Ministério Público, órgãos e o poder público [...] favorece o setor imobiliário e não possibilita proteção eficiente do patrimônio ambiental e

do litoral como pressupõe o programa nacional no âmbito da legislação brasileira” (KRELL, 2008 apud DIÓGENES; MONTEIRO, 2014, p. 11). Ressalta-se ainda que os grandes empreendimentos destinados ao lazer e turismo, bem como a implantação de condomínios fechados e *resorts* promovem ocupações espaciais de maneira descontinuada. Esse tipo de apropriação acaba por evidenciar o fenômeno da dispersão urbana, fragmentando e segregando o tecido urbano.



Figura 4 – Vista de torres com 20 andares construídas no Litoral Norte de Maceió, Alagoas. O gabarito das edificações alcance a altura máxima da encosta, provocando um ruptura visual na paisagem.

Fonte: Thayanne Magalhães, 2016.

No que se refere à preservação do patrimônio cultural no Brasil, o Decreto-Lei n.º 25 de 30/11/1937, resultado de 17 anos de estudos, promulgado em pleno Estado Novo e que permanece em vigor até hoje, traz em seu bojo um conceito de patrimônio restrito aos fatos memoráveis da história e o valor excepcional do bem. As manifestações culturais de natureza intangível, tais como danças, costumes, folclores, línguas etc. só foram contempladas na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 (Brasil, 1988):

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Muito embora, os reflexos das mudanças se fizeram sentir no cenário jurídico-político com a *Constituição Brasileira de 1988* e a inserção dos bens culturais de natureza imaterial, as novas orientações constitucionais só resultaram em ações mais concretas a partir da década de 1990, quando foi instituído o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, com vistas à regulamentação do acautelamento do patrimônio cultural imaterial especificamente. O resultado produzido pela Comissão originou o *Decreto nº 3.551*, em 4 de agosto de 2000, e instituiu o *Registro dos Bens de Natureza Imaterial* e o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*, sendo válido destacar que o relatório final apresentado ressaltou a complexidade das questões inerentes à dinâmica processual dos bens de natureza imaterial. Em virtude disso, apontou a necessidade de se promover a identificação, inventário e registro para conhecimento das manifestações culturais passíveis de registro, enquanto o Decreto-Lei n.º 25/1937, propõe como medida de salvaguarda do patrimônio material o instrumento do Tombamento.

Não obstante, percebe-se que a construção histórica da noção de patrimônio no Brasil acabou por resultar na divisão do patrimônio cultural em categorias: “[...] as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida em material e imaterial” (CHUVA, 2009, p. 147). A instituição de legislações diferenciadas, Tombamento quando se trata do patrimônio material e Registro para os bens de natureza imaterial, acabaram por reforçar uma falsa e inviável divisão. Dessa forma, a estruturação das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil têm se pautado na distinção da natureza dos objetos, culminando por segmentar o patrimônio em dois setores. A aplicação de projetos e ações são assim pensados de forma desarticulada, comprometendo a eficiência dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural.

A consciência dessa ruptura talvez esclareça a dificuldade que se verifica ainda hoje, em empreender ações práticas que articulem as instâncias material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Considera-se, dessa forma, que as transformações operadas no conceito de cultura demoraram a encontrar ressonância nas políticas públicas de preservação do patrimônio.

Os esforços até então empreendidos para a definição de novos valores e novos interesses, foram significativos e promoveu a criação de uma legislação brasileira específica destinada à preservação do patrimônio imaterial, mas não extinguiram os velhos modelos de gestão voltadas para a modelo tradicional pautado na conservação dos exemplares testemunhos da história “oficial”.

Nesse sentido, como os instrumentos legais de preservação – Tombamento e Registro - podem preservar as relações entre os grupos sociais vinculados ao território, garantindo uma adequada compreensão dos processos de formação histórica, produção, reprodução e transmissão do bem?

#### **4 I POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO X ANSEIOS DA COMUNIDADE RESIDENTE**

As incertezas incorrentes ao processo de crescimento da cidade em direção ao Litoral Norte, associado à permissão de construções verticais e a iminente revisão do Plano Diretor, em processo entre os anos 2015-2016, desencadearam uma série de protestos mobilizados, sobretudo, pelas redes sociais, a exemplo do “movimento de cidadania ativa, de participação popular e social” organizado pelos moradores e frequentadores do bairro da Garça Torta e do Litoral Norte, intitulado “Abraça a Garça”. Criado em 2014, o Movimento agrega moradores e amigos do bairro que se mantém em alerta permanente para com as alterações do bairro e, atualmente, também promovem discussão e ações que esclareçam aos moradores os impactos trazidos pela fúria imobiliária em curso na área do bairro e adjacências.

Em decorrência das discussões suscitadas pelos diferentes grupos, entidades e representantes da sociedade civil, foram apresentadas ao poder público competente uma série de propostas visando “[...] um modelo de cidade não excludente, que ofereça condições de urbanização harmonizada a um projeto sustentável, que seja pautado na integração, no respeito à cultura, à história e ao meio ambiente, bem como no estímulo ao desenvolvimento local.” (ABRACE, 2015, p.2).

O documento “Propostas para Revisão do Plano Diretor de Maceió”, foi entregue ao Grupo Gestor dos Trabalhos de revisão do Plano Diretor do Município de Maceió e ao Conselho Municipal do Plano Diretor de Maceió em 13 de outubro de 2015, subscrito pelas entidades: Movimento Abraça a Garça, Associação de Moradores e Proprietários do Loteamento Ipiópolis, Associação dos Moradores e Amigos da Grota do Andraújo, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas e Associação de Moradores do Conj. Jacarecica (AMORJAC). O Movimento Abraça a Garça a partir de oficinas realizadas em cinco localidades (balança de pescadores da Garça Torta, Grota do Andraújo, Jurubeba, escola estadual Eduardo Almeida e Praça São Pedro) elaborou o Projeto “A Garça que queremos”, discutindo também sobre propostas a serem contempladas pela revisão do Plano Diretor de Maceió. Dentre as solicitações apontadas destaca-se a criação de

Unidades Especiais de Preservação (UEPs) em Ipioca, Riacho Doce e Graça Torta, além das já existentes na área (Igreja Nossa Senhora do Ó, em Ipioca; Mirante e Praça Floriano Peixoto, Mirante da Sereia, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Casa do Forno, em Riacho Doce e Casa da Arte e Largo, em Garça Torta), bem como a implementação da Zona Especial de Preservação (ZEP) de Guaxuma-Ipioca.

Buscando ainda estratégias para formalizar um pedido de preservação de vários aspectos inerentes a localidades desse trecho litorâneo de Maceió, ancorados no “valor comunitário” de dois bairros, o documento *Garça Torta & Riacho Doce: franja de litoral entre dois riachos*, elaborado pela professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e moradora do bairro de Garça Torta, Maria Angélica da Silva, foi entregue à Fundação Municipal de Cultura de Maceió.

Contudo as pressões oriundas da comercialização do solo, sobretudo do que propicia vistas para o mar, tanto na planície, à beira-mar ou nos platôs da mata antiga do litoral norte de Maceió, prosseguem modificando os modos de vida da comunidade e sua interação com o meio natural e cultural.

Como se sabe, as primeiras iniciativas políticas para a preservação do patrimônio privilegiavam edificações de valor monumental e outros artefatos individuais representativos da história, arte e arquitetura, geralmente reconhecidos pela elite. Invocava-se como justificativa para sua proteção a excepcionalidade do bem. Embora este modelo tenha se estabelecido nos anos 30, do século XX, ainda hoje, tem se mostrado dominante, “apesar do discurso dos órgãos e agências estatais absorverem retoricamente as novidades trazidas pela experiência internacional” (CASTRIOTA, 2009, p.13).

Os bens de natureza material continuam assim, restritivos no que se refere à representatividade da diversidade cultural brasileira, pois os procedimentos para o reconhecimento e valoração destes, como patrimônio cultural, ainda hoje, estão apoiados em decisões eminentemente técnicas e por vezes de restrita significação social.

É nesse sentido, de reflexão sobre a necessária articulação entre os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural que se questiona a eficiência dos atributos legais frente ao interesse imobiliário em áreas em que as referências culturais simbólicas superam os valores materiais e tangíveis. Ou seja, é muito provável que os bens imateriais vinculados à ecologia, à história e à cultura que se estendem a esses bairros do eixo norte da cidade, serão afetados considerando a relação que se estabelece entre os sistemas simbólicos e o suporte físico que os referencia.

Estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Sobreurbano, do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Cesmac, intitulada *A expansão urbana do Litoral Norte de Maceió: rupturas e permanências na produção do espaço urbano do bairro de Cruz das Almas*, revelam que as mudanças urbanas no bairro de Cruz das Almas, primeiro bairro de comunicação com o eixo de expansão para o litoral Norte, começaram a ser percebidas em meados do ano 2000. Atribui-se que as alterações tenham ocorrido devido ao Plano

Diretor do Município de Maceió de 2005, o qual definiu parte de área para adensamento controlado (núcleo de ocupação mais antigo) e parte para estruturação urbana que possui como uma das diretrizes o fortalecimento e criação de centralidades, com a implantação de equipamentos e serviços.

O bairro, originado no final da década de 1960, a partir da implantação dos primeiros conjuntos habitacionais da cidade pela Companhia de Habitação (COHAB), na então periferia da cidade, passa a assumir o papel de nova centralidade na cidade, com investimentos privados e públicos a partir de 2006. Em 2010 o movimento de expansão foi intensificado com o projeto de reurbanização da orla e implantação de grandes empreendimentos comerciais e de prestação de serviços, a chegada de usos institucionais e a construção de residenciais com um perfil novo perfil de moradores mais voltado para a classe média a alta (GONÇALVES et al, 2016). Dentre os empreendimentos que alteraram mais recentemente o contexto do bairro e eixo direcional da cidade tem-se, o Shopping Parque Maceió, a loja Leroy Merlin, o Centro Universitário UNIT e a Caixa Econômica Federal, como alguns dos exemplos de ocupações mais marcantes e em lotes de grandes proporções.

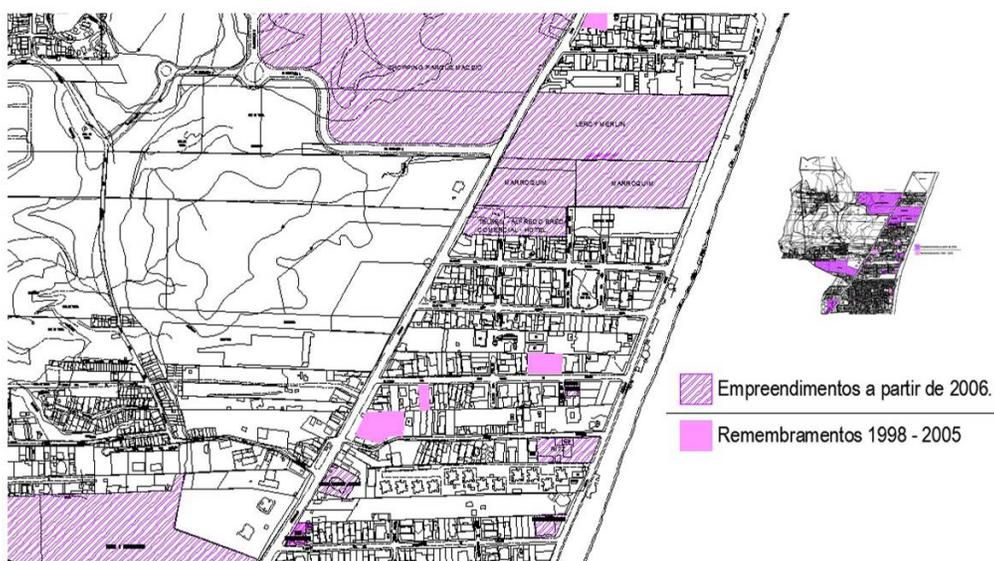


Figura 3 – Localização dos novos empreendimentos no bairro de Cruz das Almas a partir de 2006.

Fonte: Grupo de Pesquisa Sobreurbano – CESMAC, 2016.

A partir de uma perspectiva ainda pouco explorada parece-nos possível identificar também outras motivações que justificam a expansão do mercado imobiliário para o Litoral Norte: a diminuição de oferta e o conseqüente aumento dos preços praticados em

outras áreas do litoral, como os bairros da Ponta Verde, Pajuçara e Jatiuca; os mesmos atrativos paisagísticos com possibilidade de vista para o mar; abertura de novas vias como alternativa para o fluxo, diminuindo assim a distância entre o Centro, além dos lançamentos de novos empreendimentos privados que vem atraindo um público, que não se resume apenas aos turistas.

Segundo ainda os dados apresentados pela pesquisa sobre *A expansão urbana do Litoral Norte de Maceió*, que tem coordenação da professora Caroline Gonçalves dos Santos, tais transformações urbanas, embora ainda não tenham afetado em número significativo os moradores tradicionais, observa-se uma mudança visível no que se refere a renda do novo perfil dos moradores. Percebe-se ainda que o estilo de vida e as demandas diferenciadas dos novos usuários do bairro têm sido atendidas mais rapidamente que as antigas demandas dos moradores tradicionais, tais como a implantação de posto de saúde e saneamento básico, especialmente, esgotamento sanitário.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes antigas narram que a ocupação da região norte de Maceió se estabeleceu a partir dos engenhos e das plantações arbustivas e frutíferas, fazendo surgir pequenos núcleos de habitação. Manuel Diegues Junior (apud COSTA 1981, p. 202) destaca a presença de pescadores e das casas de palha ou taipa, cobertas com palha. A paisagem assim se definia entre a mansidão das águas e o verde das matas e coqueirais.

O crescimento urbano, contudo, vem alterando significativamente esse cenário, marcando a paisagem com edificações verticalizadas, até então inexistentes. Fruto da expansão imobiliária, novos empreendimentos revelaram uma mudança de interesse na região, potencializados pelas obras de infraestrutura financiadas pelo poder público para atrair novos investidores.

No bairro de Cruz das Almas, já é possível perceber o processo de mudança de perfil dos moradores atraídos pelos novos empreendimentos imobiliários. Assim, chama-se atenção, para o processo de implantação das construções verticais de edificações de alto padrão já implantadas ao longo do litoral norte, que pode culminar com o enobrecimento da área e a consequente expulsão da população local residente, fenômeno conhecido como “gentrificação”. É importante ainda destacar que a manutenção das práticas sociais existentes na localidade só é possível com a permanência da população que a produz e reproduz.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, define como patrimônio imaterial o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas constantemente recriadas pelas comunidades e grupos “em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade” (p. 373).

Sabe-se bem que a cultura não estabelece, nem reconhece fronteiras físicas, geopolíticas, não existindo, sobretudo, fronteiras entre a fluidez da transmissão e execução de ofícios, modos de saber-fazer, cultivo e até venerações que também prosseguem sem sucumbir frente aos apelos da cultura globalizante, apesar de absorver algumas referências. A partir desta compreensão entende-se que mesmo havendo entre essas localidades contíguas que formalizam a extensão do litoral norte maceioense uma espécie de “bloco de valores culturais” sedimentado em um meio físico que se manteve por muitas décadas e em vivências tradicionalmente culturalizadas, as novas interferências a serem trazidas pelo *boom* imobiliário que se implanta, seguramente introduzirão rupturas nesses dois meios, físico e cultural, tão identitários.

Percebe-se, inclusive, rupturas trazidas por uma das grandes obras de infraestrutura e terraplanagem já executadas, como a abertura da Av. Josefa de Mello no bairro de Cruz das Almas, que já alterou, abruptamente a topografia do local e promoveu modificações na paisagem e tende a segregar pessoas do bairro e adjacências, tendendo assim para comprometer a continuidade de processos naturais de transmissão oral de tradições e manifestações culturais locais.

Logo, a *práxis* da política de preservação se depara com a complexa relação entre a sustentabilidade das condições ambientais e sociais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais que se dá a partir da proteção da materialidade. Esta, por sua vez, se consolida na paisagem urbana e que se relacionam com o cotidiano da população detentora dos saberes e fazeres.

Enfatiza-se, dessa forma, a necessidade de políticas públicas continuadas que promovam a participação popular através de processos participativos como audiências e oficinas, incentivando a troca de experiências e o esclarecimento de questões relacionadas às legislações em vigor que atuam sobre a área em estudo.

Por fim, faz-se importante o reconhecimento, por parte da política de preservação do patrimônio cultural, do valor patrimonial dos ambientes constituídos de natureza e de conjuntos de construções por serem entendidos como lugares onde se desenvolvem vigorosos processos culturais. Reconhecendo assim, na materialidade o suporte para a construção de identidades e memórias coletivas, sendo imprescindível a manutenção dos seus criadores, guardiães e usuários.

## REFERÊNCIAS

ABRACE a Garça. **A garça que queremos**. Disponível em: <[http:// abraceagarca.com](http://abraceagarca.com) >. Acesso em: 02 fev. 2016.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. **O samba de roda na gira do patrimônio**. 2010. 303f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

ANASTASSAKIS, Zoy. Por que Brasília? O CNRC como um equivalente cultural da capital-federal brasileira. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras;

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

COSTA. Craveiro. **Maceió**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

DUARTE. Adriana Guimarães. **“Saberes e Fazeres” em casos de Tombamentos e Registros da práxis preservacionista nacional em Alagoas: contribuição ou uma questão de interpretação?**

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; MONTEIRO, Márcia Rocha. Fortaleza e Maceió – aspectos da dispersão urbana no litoral do Nordeste do Brasil. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **A preservação do patrimônio histórico: um re-pensar, a partir da experiência da cidade de Marechal Deodoro**. 1996. 210f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; MINC – Iphan, 2005.

GONÇALVES et al. **A expansão urbana do litoral norte de Maceió-AL: rupturas e permanências na produção do espaço urbano do bairro de Cruz das Almas**. Relatório Final apresentado ao Programa Semente de Iniciação Científica – PSIC, do Centro Universitário CESMAC, 2015-2016.

IPHAN. **Manual de aplicação do INRC**. Brasília, Iphan/DID, 2000.

SANT’ANNA, Márcia. Avanços da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006, p. 9-11.

UNESCO. **Convenção da Unesco para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**, 2003.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administración Municipal 225

Agenda para el Desarrollo Municipal 225, 226, 227, 228, 229, 230

Análise do Discurso 53, 54, 55, 69, 186, 195

Antropologia 55, 173, 174, 176, 177, 179, 184, 185, 245, 246

Aprendizagem 41, 84, 85, 87, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 247, 248, 249, 250, 255, 256

Arrependimento 144, 151, 153

Ateliê Biográfico de Projeto 93, 94, 95, 97, 99, 101

### C

Competência Profissional 113, 116, 120

Comunicação 17, 37, 39, 42, 54, 71, 73, 77, 105, 116, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 188, 189, 193, 194, 242, 250

Consumo Cultural 173

Corrupção 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

### D

DCNEM 103, 107, 108, 109, 111

Desarrollo 209, 210, 211, 213, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Direito 20, 21, 23, 24, 27, 45, 67, 91, 101, 118, 134, 135, 146, 147, 153, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 238

### E

Educação Judaica 133

Ensino Médio Politécnico 103, 107, 110, 112

Epistemologia 2, 104, 155, 156, 159, 161, 163, 165, 167, 170, 171

Escalas de Wechsler 126, 128

Espaço 4, 19, 22, 23, 24, 27, 31, 33, 36, 37, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 84, 85, 87, 91, 99, 105, 119, 120, 135, 136, 138, 158, 168, 172, 191, 203, 242, 246

Estudos Culturais 74, 82, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 184, 185

Evaluación 48, 225, 226, 227, 228, 229, 230

## **F**

Feminilização 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49  
Feminismo Negro 50, 55, 69  
Feminização 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49  
Formação Docente 46, 85, 93, 100, 113, 114

## **G**

Gênero 19, 21, 28, 39, 40, 48, 69  
Gênero Biográfico 19, 21, 22  
Gênero Feminino 19, 21

## **I**

Identidade 113, 133, 195  
Identidade Profissional 113, 114, 123  
Imaginário-Discursivo 1, 6, 9, 10, 16  
Imposto 144, 146, 148, 151, 153  
Indicadores 48, 210, 225, 226, 227, 229  
Inteligência 37, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137  
Interdisciplinaridade 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112  
Interseccionalidade 27, 45, 50, 53

## **J**

Jongo 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

## **L**

LDB 103, 107, 108, 109, 111, 114  
Litoral Norte de Maceió 231, 232, 239, 242, 244

## **M**

Memória 22, 28, 33, 74, 80, 81, 82, 91, 96, 97, 128, 133, 134, 136, 139, 183, 237, 239, 246  
Metodologia 2, 1, 94, 95, 112, 247  
Metodologia Rizomática 1, 9, 16  
Mídia 142, 157, 158, 165, 167, 168, 171, 172, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195  
Militância 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 64, 68

## **N**

Narrativas 1, 39, 45, 46, 48, 93  
Narrativas de Si 1

Negritude 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 64, 81

## **P**

Patrimônio Cultural 72, 80, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 244, 245, 246

PCNEM 103, 107, 108, 109, 110, 111

Pedagogia LGBT 1

Política de Preservação 231, 233, 241, 245

Políticas Públicas 40, 46, 48, 119, 142, 172, 188, 198, 203, 206, 209, 236, 240, 245

Produção de Sentidos 186, 187, 195

Propriedade Intelectual 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207

## **R**

Recepção 1, 156, 173, 174, 175, 176, 184, 189

Recursos Naturales 209, 211

## **S**

Saúde 26, 47, 59, 149, 152, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 244

Seguridad 209, 216, 217, 218, 223, 227

## **T**

Testes de Inteligência 126

Transdisciplinaridade 1, 105, 108, 111

# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 